política

vê com receio impacto do fim da 6x1

Perfil



FOTOS: INSTITUTO DAS CIDADES/DIVULGAÇÃO/JC

Beatriz Nóbrega é diretora-executiva do Instituto das Cidades, organização que atua como secretaria executiva de sete frentes parlamentares no Congresso Nacional. Sua atuação é voltada às relações governamentais, à formulação e ao acompanhamento de políticas públicas e à articulação institucional entre diferentes setores da sociedade. Trabalha na construção de pontes entre o poder público, a iniciativa privada e organizações da sociedade civil. No Instituto das Cidades, participa da articulação de agendas relacionadas à gestão municipal, à infraestrutura, à inovação e ao desenvolvimento econômico. Sua experiência reúne interlocução institucional e acompanhamento de debates legislativos, com foco na cooperação entre atores públicos e privados e no fortalecimento de iniciativas voltadas às cidades brasileiras.

Minha Vida, após as enchentes ou em qualquer situação normal mesmo, e de repente esse custo aumenta por conta da mão de obra.

JC - A maioria dos servidores municipais já trabalha na escala 5x2. O impacto é maior nos terceirizados?

Beatriz - Isso, o impacto é maior nos serviços concessionados. O servidor público, realmente, a maioria trabalha 5x2.

JC - Há o argumento favorável ao fim da escala 6x1 que diz que as pessoas teriam mais tempo para usufruir das cidades, dos serviços e do comércio, resultando em eventual aumento da arrecadação municipal. Como observa?

Beatriz - Isso é uma questão muito hipotética, porque a gente está falando de diminuição de carga horária, mas a gente não está falando de aumento de ganho (de salário). Então, a gente relacionar diretamente com aumento ao consumo, hoje, a gente não tem um dado concreto no Brasil que fale que as pessoas consomem menos por falta de tempo. É uma das hipóteses, mas é algo que só o tempo pode provar. É um caso de política pública que a gente só vai poder avaliar a questão posterior. Porque hoje, quando a gente olha a capacidade de consumo, a questão de endividamento familiar etc, a gente sabe que o brasileiro gasta mais do que tem.

JC - Como acredita que deveriam ser tratados estes setores de saúde, transporte, coleta de lixo e habitação nas gestões municipais?

Beatriz - Cada setor vai precisar ter o próprio olhar, porque cada um desses setores tem o seu método de contratação, tem a sua demanda. Uns, como por exemplo, construção civil é muito mais um sprint de uma obra do que uma carga horária semanal. Então, no final do dia, o que a gente vê? É algo que já foi levantado, como eu disse, que a gente vai precisar discutir uma PEC que olhe as especificidades de cada setor. E daí vai ser meio como a reforma tributária e outras discussões que a gente vê no Congresso. A gente vai precisar sentar com todos eles e, obviamente, o Congresso precisa fazer o seu trabalho de ouvir todos eles, para que a gente chegue nas melhores soluções possíveis.

JC - O fim da escala está previsto para entrar em vigor em dezembro. Como as gestões municipais podem lidar com isso?

Beatriz - Um, é realmente buscar entender. Dois, é trazer o diálogo para Brasília, para que os tempos das gestões municipais sejam respeitados. E eu sei que isso é mais complexo do que a gente colocar em palavras, mas realmente a gente precisa que os prefeitos e os municípios se mobilizem para mostrar as suas necessidades. E a gente tem um outro fator aqui mais político, que todo mundo está vendo a dificuldade de entrar em vigor cedo, talvez seja postergado.

JC - Defende a postergação?

Beatriz - Com certeza, principalmente pensando nos municípios, é algo que ainda precisa ser discutido. A gente vê a virtude da PEC, mas a gente tem um outro ponto que é: o Brasil está migrando para algo cada vez menos CLT e mais MEIs, profissionais autônomos, diversos modos de contratação. Querendo ou não, a gente sabe que isso é uma realidade principalmente para muitos desses profissionais que são prestadores de serviço. A gente está olhando para uma realidade que muda, e como que a gente vai dialogar com essa nova realidade e com essas pessoas. A gente está falando hoje de 17,5 milhões de MEIs no Brasil. E essas pessoas?

JC - Além da questão da 6x1, que outros pontos preocupam as gestões municipais atualmente?

Beatriz - A gente vê a questão fiscal, de como a reforma tributária vai realmente impactar os municípios e de que forma a gente vai garantir que os recursos cheguem na ponta. Esse é um ponto que ninguém tem resposta absoluta ainda. A gente está vendo aqui em Brasília muito de perto a discussão de como realmente vai se dar o funcionamento do CBS e do IBS para que o recurso chegue, e a gente tem o receio de que os municípios percam força e percam saúde fiscal. Tem a questão dos regimes próprios de previdência, e, querendo ou não, o (escândalo do Banco) Master, ajudou a estourar um pouco mais ainda, de como que as gestões municipais estão olhando para os próprios fundos e, ao invés de pensar na seguridade, muitas vezes pensam de outras maneiras, e até mesmo as que pensam e buscam ser responsáveis, a gente tem desafios de sustentabilidade da mesma maneira que a gente viu na previdência nacional.

JC - Na reforma tributária a maior preocupação é quanto à incerteza de como vai ser aplicada e como impactará os municípios?

Beatriz - Existe uma grande incerteza, mas também o que está posto, como a gente mudou a lógica de destino e origem, muitos municípios não souberam quantificar, e daí diante da incerteza tem um cenário ainda mais nebuloso: o quanto que realmente vão perder. E isso é algo que a gente está vendo até no governo, que não soube metrificar qual era o esforço que teria que fazer para viabilizar a mudança de origem e destino.

JC - Mas está previsto um fundo para compensar os entes federados.

Beatriz - Ainda precisam provar que esse fundo vai conseguir fazer isso. Está tudo em formação, em decisão, e é algo que a gente sabe que provavelmente vai ser adiado, mas, em tese, a gente precisa começar a partir de 1º de janeiro.

JC - Na questão do transporte público, o presidente reeleito Lula propôs transporte gratuito nos domingos. Como observa essa proposta?

Beatriz - O Instituto é também da Frente Parlamentar do Transporte Público, então vou falar como a gente está vendo. A gente vê a proposta como positiva. Onde estão os desafios? A questão do financiamento. Tem que ter um financiamento fixo que realmente sustente. A gente não vê isso nas RP8 (emendas de comissão), na forma como o governo busca pegar o recurso da emenda. E a gente vê até uma certa distorção da finalidade do recurso. Em inúmeros municípios do Brasil não há transporte público. Eu vou pegar um recurso que seria destinado, eventualmente, pelas bancadas, para a maior parte deles, porque alcança as bases, e vou transformar esse recurso em algo que vai alcançar poucos? É um dos questionamentos. E daí a gente tem fontes muito mais seguras para conseguir fazer esses contratos, e que podem ser avaliados e que daí aqui a gente não tem respostas, mas que a gente sugere se não seria viável, talvez, via fundo do petróleo. Porque a gente tem questões que estão relacionadas, e a própria lógica energética leva um pouco para podermos pensar nessas fontes de financiamento que não sejam incertas, porque a emenda parlamentar muda. O fundo está lá.

JC - Vê a proposta como frágil?

Beatriz - Isso, mas não o mérito da proposta. O mérito da proposta, no sentido de vamos dar passe livre, vamos dar o cuidado, talvez seja uma das melhores respostas que a gente possa ter, se bem discutida e se com fonte de renda bem indicada, na questão do transporte público. Porque a gente sabe que o transporte mais barato, e, eventualmente, até mesmo o transporte público gratuito, viabiliza uma série de coisas positivas que movimentam a economia e trazem ganho indireto. E daí fica mais fácil para trabalhar, fica mais fácil para vender, e daí sim, você tem uma relação direta.

JC - O governo tem proposto um ajuste fiscal e há receios que o corte de gastos prejudique os municípios. Como vê isso?

Beatriz - O pacote de ajuste fiscal tem os seus méritos, mas ao mesmo tempo a gente viu ele com muitas reticências sobre a forma como foi construído. Inclusive com muitos temas que já tinham sido vencidos no Congresso, como a gente viu na MP do Fim do Mundo, questão de cumulatividade, PIS e Cofins. Não adianta querer fazer ajuste fiscal aumentando muito a conta, impactando também os contratos e as gestões subnacionais, em nome de conseguir resolver as contas da União.